

A INSTITUCIONALIDADE DO PODER QUE SE DISCUTE

A organização da Liga Anti-Protestante (1888)

Dr. João Marcos Leitão Santos

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

As forças unidas é tudo, esparsas pouco fazem.

Um católico

Introdução

Na década de oitenta do século XIX o protestantismo estava definitivamente estabelecido no Brasil. Anglicanos, congregacionais, presbiterianos, metodistas e batistas, já consolidavam sua presença através do crescente número de comunidades, organizações educacionais, e consolidação institucional das denominações.

A legislação eleitoral de 1881 quebrara a obrigatoriedade da confissão católica para a atuação parlamentar – muito embora isso não deva ser confundido com representação política do protestantismo –, e a laicização do estado estava as portas com o movimento republicano que ganharia forma em 1889.

Por motivos óbvios, *paripassu* com a consolidação protestante, crescia a preocupação católica e o esforço por criar mecanismos que pudessem, no mínimo, diminuir o ritmo do avanço do seu principal disputante no mercado de bens religiosos. Estratégias amorfas já se haviam revelado inócuas ao longo século. A organização era exigência cada vez mais inalienável. Neste contexto é que propõe a discussão sobre a organização da Liga Anti-Protestante

A Constituição da Liga

Desde que o protestantismo apresentou-se para a missão no Brasil e para o proselitismo com vista à conversão de nacionais, para além do atendimento setorial das comunidades estrangeiras que professavam aquele credo, o catolicismo reagiu de formas e intensidades diversas, todas com o mesmo fim: barrar a presença protestante no Brasil. A quase totalidade das Cartas Pastorais e documentos instrutivos–normativos que emanaram da Autoridade Eclesiástica incluíam restrições e condenações ao protestantismo, além daquelas especificamente produzidas contra o protestantismo¹

¹ Tiveram esta iniciativa os bispos do Pará, da Bahia, e o Governador do Bispado de Pernambuco.

Variando de acordo com as especificidades de cada conjuntura, a reação popular eventualmente estimuladas por setores radicais do clero, adotaram o expediente da violência, que variou desde o apupo e a zombaria até homicídios, que atingia principalmente os fiéis e as lideranças nacionais, já que havia uma inibição em relação ao estrangeiro (missionário), pelos desdobramentos eventuais, como, por exemplo, a ação diplomática. (TARSIER, 1936; GLEIDSON, 1988; CLAYTON, 1983)

O aparato jurídico, em parte ainda um legado da legislação portuguesa ordinária,² e a condição de Religião do Estado, foi outro expediente recorrente da reação católica, como se observa claramente nos debates parlamentares, onde resvalavam as demandas, mais do que no próprio aparelho judiciário.

Ora em verdade parece que se deverá atender mais à situação legitimamente adquirida pelo Catolicismo nesta parte da América. O fato aí está: somos cerca de doze milhões de brasileiros, e destes, segundo cálculos sem dúvida exagerados dos nossos próprios adversários, obra de quinhentos mil apenas, pensam livremente sobre Religião ou pertencem a religiões dissidentes. Assim, onze milhões e quinhentos mil católicos de um lado, e quinhentos mil acatólicos de outro! Tal é a situação. (EPISCOPADO, 1890, p. 24).

A estratégia proposta

Mas a hierarquia, melhor instruída e mais informada, conhecia as regras que estavam postas pela legislação e também o “ânimo” com que os políticos liberais acompanhavam o debate sobre a liberdade de consciência e de culto, as “razões de Estado” implicadas na liberdade religiosa (imigração) e por isso, bem sabia que seria um equívoco com muitas e indesejáveis conseqüências, atraírem mais uma acusação contra o episcopado sob pressão, desta vez, de descompassados com os tempos modernos, tirânicos da liberdade, inquisitoriais, e atentatórios contra a ordem legal vigente, etc.

As ações procuraram, subordinadas as possibilidades, oferecer um programa estratégico. Para este fim organizou-se a Liga Anti-Protestante em 1888. Primeiro era preciso demarcar a arena do enfrentamento. Como a imprensa e a distribuição de literatura sempre foram instrumentos privilegiados na inserção protestante, como mais se explicitará nesta discussão, o catolicismo procurou munir-se dos dois recursos, sobretudo na literatura. O programa da Liga claro:

[...]formar uma propaganda em todo o Império contra o protestantismo, 2) Ninguém pode negar a necessidade de *uma cruzada*, 3) anualmente se fizesse publicar as PALESTRAS FAMILIARES de monsenhor de Segúr (ou outra obra menos volumosa) e de que cada Diocese do Império tomasse mil exemplares, ao menos; 4)

² Lei 1823

Este projeto acolhido será o princípio de uma liga geral que se deseja formar contra o inimigo de Deus e *da sociedade*; 5) O seu fim é espalhar livros e opúsculos contra o protestantismo. (LIGA, 1888, p. 3)

Tive oportunidade, em outra ocasião, de discutir sobre a constituição da Ordem Social como pressuposto ontológico das sociedades (SANTOS, 2008, 2011) dentro da qual move-se a realidade social como manifesta concretamente. Neste sentido, a iniciativa católica tem uma consciência precisa: o protestantismo era inevitável. Portanto, embora se objetivasse eliminá-lo, efetivamente se pretendia minimizar o prejuízo daquilo que se descrevia como “hidra... o inimigo de Deus e *da sociedade*”.

Esta constatação deve servir para nos fazer entender que o “debate” não se restringia a confessionalidades díspares, mas a projetos sociais distintos aos quais os dois sistemas religiosos estavam associados, e dos quais efetivamente eram elementos constituintes. Como a estrutura social estava em movimento efervescente, a disputa pelo controle social e das instâncias de poder (POCOCK, 2003) era matéria da hora, e sua urgência caracterizada a toda prova.

A autoridade de que se valia a tradição católica era “religiosa” como citamos, e também o era a protestante, isto é, a legitimação dos seus projetos de sociedade estava ancorada num referente religioso, que se pretendia alheio a questão política, mas sabidamente, como já o disse Bièler (1999) “toda Religião induz a política; toda política oculta uma crença” e o que efetivamente se disputava não eram as almas dos fiéis – apenas – mas o espectro de influência no ordenamento do estado e da sociedade. No dizer de Carvalho, sempre “as sociedades sofrem a intervenção generalizada, mas assumida e consciente, de projetos portadores de modelos axiológicos heterodoxos que reivindicam o seu direito a co-existir...” (CARVALHO, 1996, p. 161).

A retórica católica se valia das acusações tradicionais, sendo a que ocupava o lugar comum aquela que associava o protestantismo ao imperialismo americano e a sua condição de serviçal de um governo estrangeiro, questão que, curiosamente, já tinha emergido durante a Questão Religiosa (1872-1875) quando os regalistas acusavam o catolicismo de estar a serviço da Sé romana, esta sim um governo estrangeiro.

Há que se considerar ainda mais um fator para este modelo de reação católica, que remete aos estágios anteriores das suas relações com os protestantes. Entre os diversos expedientes já referidos da reação católica, todos tinham deixado a desejar quanto a sua eficácia e resultados. A principal aposta do catolicismo tinha sido no âmbito jurídico-estatal, pois se o *status* “legal” do protestantismo não fosse reconhecido

em suas várias configurações, estaria aberto o campo para os diversos mecanismos de obstrução da atividade proselitista protestante

Ao estabelecer um modelo de atuação que um tanto imprecisamente chamamos modernamente *grupo de pressão*, o catolicismo imperial visou sujeitos previamente estabelecidos. As elites, o público letrado, o interessado em acompanhar as polêmicas. O combate seria através da literatura, e aí cumpriria papel destacado a intelectualidade católica, “um promotor e um redator em cada diocese” como previa a Liga. A estas elites não se pressupunha contida na descrição da população geral dos mercados pela “pouca disposição que há para leitura” como estava no manifesto de Liga.

Se esta *estratégia* de atingir as elites, provendo-as de um arsenal argumentativo contra os protestantes funcionasse, isto operaria também no sentido de seduzir, ou repercutir sobre as massas, que seriam mais facilmente convencidas do valor do material divulgado, uma vez que as elites exemplarmente os consumiam, e permitiria em espaço de tempo razoável a circularidade dos argumentos, agora instrumentalizados pelo público mais geral. Era responder ao protestantismo onde ele mostrava sua face, já que parte substantiva da estratégia missionária protestante estava na distribuição de literatura.

O recurso a circularidade de literatura traria uma conseqüência imediata de produzir um revigoramento na visibilidade para a religião da maioria, porque havia os que consideravam que a *cruzada* contra o protestantismo – contra os regalistas, s maçons, por quê não? – estava sendo perdida e o catolicismo estava acuado e inapto para o enfrentamento.

Há uma face curiosa na proposta, porque ela “imitava” de alguma forma a estratégia de penetração protestante. Sabe-se que ao lado de alguns textos mais densos e de exemplares da Bíblia e do Novo Testamento, o protestantismo valeu-se fartamente de panfletos e folhetos, alguns deles ilustrados. A proposta da contrapropaganda católica era de além de obras de apologética mais geral, produzir algumas “menos volumosas” e acrescenta em outra seção: “Os livros supramencionados podem ser acompanhados de pequenos opúsculos e de uma pequena revista etc”, similar ao estilo do atrativo buscado pelo protestantismo em seu material de propaganda.

Além do mais como o protestantismo espalhara-se para além do sudeste e do nordeste como no início, o problema era de todos, a criação de uma associação como a proposta pretendia otimizar a eficácia ao coordenar as ações, promover aquela “propaganda em todo o Império” uma vez que se constatara que “o protestantismo está

entre nós minando por *todos os modos, os alicerces do catolicismo*” (grifo nosso). Como lembrou mais tarde Gilberto Freire: “temia-se no adventício acatólico *o inimigo político*” (FREIRE, 1990, p 66) (grifo nosso).

O quadro geral do fim do império é conhecido (LEMOS, 2009) e atingia desde a escravaria até as classes armadas e as Faculdades. Igualmente é sabido como se multiplicaram sociedades e associações para todos os fins, com todas as composições neste período. A inquietação social era geral e irreprimível.

A Igreja por sua vez se ressentia dessa mobilidade de intervenção dada a sua estrutura hierárquica e burocrática. Irmandades, ordens leigas, ordens religiosas, obras pias ou de qualquer caráter estavam sempre subordinadas a um ordinário, em regra remisso ao Bispo ou Superior das ordens em Roma, incluindo a imprensa católica. D. Antonio de Macedo Costa, bispo do Pará, em carta ao clero em 1877 já avisara: “nas coisas da religião o bispo ordena, os fiéis obedecem”.

Com a Liga Anti-Protestante o que se assiste é uma nova estratégia do catolicismo, a partir da iniciativa de um pugilo de leigos e alguns clérigos no sentido de seguir o modelo dos outros grupos de pressão (as sociedades e associações), mesmo que não o fizessem sem a chancela episcopal ou diocesana como explicita a proposta de criação da liga: “Se os Exmos. e Revmos. Srs. Bispos ou os Cabidos entenderem que é cabina neste caso a sua muito valiosa coadjuvação, a empresa é fácil e de frutos imperecíveis para o povo onde *a hidra* faz mais estragos... As condições e bases da liga só poderão ser formuladas pelas luzes do Episcopado”. (LIGA, op. cit. p. 2)

Sobressai na proposta a idéia do comprometimento individual e institucional, (ao contrário de uma prática religiosa amorfa que marcava expressivo contingente dos fiéis católicos), porque os custos das edições deveriam ser “quantia dividida pelo clero ou por certo número de assinantes” o que fará com que o rateio represente “anualmente uma bagatela a cada um, no meio de um país rico”.

Do ponto de vista social, os professos da religião do estado alinhavam forças em defesa da sua fé, porém o conjunto da sociedade estava dividido, e em muitos espaços, em todos os extratos sociais havia simpatizantes da causa protestante, ainda que não aderentes ao novo credo. Do diário dos missionários batistas, William e Anne Bagby se extrai este depoimento:

Nosso povo é reconhecido até em meios governamentais. Um oficial do governo declarou em público: “Estes homens quem vêm dos Estados Unidos estão nos ensinando a verdadeira religião de Jesus Cristo. Eles não procuram o nosso dinheiro, como os padres, mas pregam uma salvação gratuita em Jesus Cristo. Esta é a verdadeira igreja. Eu creio em Cristo e na Bíblia, e não no Papa e seus padres”.

E acrescenta:

“Várias reportagens têm aparecido nos *jornais em nosso favor*. Cremos que o trabalho até tomará outro ímpeto, como resultado desta perseguição”. (HARRISON, 1987, p. 41, 37) (grifo nosso)

Do ponto de vista religioso não sobressaem as diferenças doutrinárias que dividia o cristianismo, embora se fale de uma “verdadeira religião de Jesus Cristo”, que pressupõe uma falsa religião que não pertence a Jesus Cristo. Mas a fórmula para distingui-las está na prática associada ao clero e ao governo da Igreja pelo Pontífice, o que seria contraposto pela gratuidade da salvação e do *solo Christus, sola Escripura*. Eis onde residia a atração da pregação protestante.

As condições gerais do crença católica no século XIX já tem sido exposta na literatura, e de sua longínqua paróquia em St^a. Maria da Boa Vista-PE, em fevereiro de 1884, o pe. Joaquim Coelho queixava-se ao diocesano que ali estava “... vendo a frieza religiosa dos habitantes desta vila... (CE 19 p. 52), que não distoava das preocupações do Bispo em relação ao clero por sua vez. Em correspondência confidencial ao Ministro dos Negócios do Império queixava-se o prelado em bril de 1871:

Em um bispado vasto e difícilimo no quadro atual proceder-se concurso, por quanto estando o clero tão reduzido, e devendo um vigário encomendado para concurso deixar outro sacerdote em seu lugar, muitos não acharão quem os substitua; donde pode resultar ou o povo ficar sem pastor por alguns meses, ou não aparecerem concorrentes suficientes as freguesias.

Ainda mais; quando o ordinário apresenta ao Imperante três sacerdotes para que Sua Majestade escolher um, devem ser todos honestos e de boa moral.

Mas, atento ao diminuto número de padres, não aparecem senão presbíteros corrompidos, como poderá o ordinário apresentar sacerdócio indigno? Como poderá sufocar a sua consciência calando o escândalo!

O sacerdote corrompido, escravo da avareza, melhor fora não ter nascido. (CO 12)

Com o quadro fazia coro também o Fr. Roque Arcebispo de Otranto, Núncio Apostólico em circular ao Episcopado, lembrando que “as prescrições sobre tal matéria vem dos Cânones [conduta do clero], e aos Bispos não faltam outros meios para punir a contumácia nos casos particulares. Certamente são obrigados a obstar que celebrem todos aqueles que nem sequer quando vão para a Igreja sabem apresentar-se como sacerdotes. (CE 7). Era esse o ambiente onde Liga buscava os “frutos imperecíveis para o povo” porque era “onde *a hidra* faz mais estragos”

Não vamos reeditar aqui o que também já está tratado na bibliografia que dá conta de certas atratividades do protestantismo, relacionadas a alguma filantropia de muitos missionários, a simpatia que a ética individual do protestante exercia, ao lado das suas práticas educativas, expressas em redes transversais de sociabilidades, ou

aquele diluído fascínio pelo americanismo, e a ambígua “irreligiosidade” atribuída aos brasileiros. Importa sim perceber, com o entusiasta Bagby, por exemplo, a forma que o protestantismo se beneficiava desta conjuntura e que era a essa que se opunha o catolicismo através da Liga. Diz o missionário:

Começou há semanas, por causa de alguns artigos sobre ‘protestantismo’ escrito por uma romanista.

Eles publicaram vários artigos contra nós, pedindo que a polícia proibisse nossa pregação, nos denunciando abertamente. O missionário presbiteriano sr. Blackford, recebeu também sua cota de injúrias e está agora dando aos romanistas alguns fortes golpes pelos jornais. *A atenção publica está-se voltando para nós, e isto é benefício. Esperamos que os padres continuem a fazer reclames de nós*³. Estamos preparando novas doses para eles, enquanto continuamos a pregar Jesus. Estamos muito animados com o nosso trabalho e cremos que a nossa perspectiva na Bahia é muito boa. (HARRINSON, op. cit. p. 39) (grifo nosso).

É compreensível o entusiasmo porque a propaganda protestante atingia as elites com a literatura que produzia ou promovia, e no dizer de Bagby, também as massas. Além destes estava a “gente do governo” porque o protestantismo sempre buscou no poder público, no parlamento notadamente, um aliado, beneficiando-se das controvérsias do regalismo, e quiçá, de um ou outro clérigo que aderira ao protestantismo.

Portanto, a Liga descrente na simpatia regalista-republicana, buscava apoio das massas, como evidencia a preocupação com o barateamento da literatura a ser distribuída, quando pondera: “mil exemplares brochados podem ser fornecidos por 300\$ e sendo o catecismo de João Perrone sobre os erros protestantes (o qual não está bem traduzido) pode custar 200 rs...”. Para cumprir seu fim de “...espalhar livros e opúsculos contra o protestantismo”, informava em nota:

“PS. Acabo de reimprimir 3.000 exemplares das PALESTRAS FAMILIARES de monsenhor de Segúr...” completando: “*As tiragens nunca serão menos de 10.000*”. Parte do produto será aplicado em obras pias nas dioceses, onde se espalharem as mesmas obras e a outra parte será destinada a propagação de obras contra o protestantismo”.(LIGA, op. cit. p. 3)(grifo nosso)

Evidentemente que se o protestantismo estava convencido da superioridade do seu discurso para promover a “saúde espiritual” dos indivíduos, e propalava sua associação ao progresso material, (como o pretendido progresso social que países protestantes exemplificavam), e espelhavam as fragilidades do catolicismo, tanto em religião como na ordem política, o catolicismo estava igualmente convencido que era

³ Reclames aqui não tem o sentido de queixa, mas como antigamente se usava, de propaganda.

possível expor compreensivelmente para todos os “erros do protestantismo” como era seu objetivo último.

É neste contexto que a questão se revela não apenas apologética mas, sobretudo, “polêmica”. Este fato tornava a iniciativa especialmente atraente porque ao lado da educação, da distribuição de tratados e da imprensa, a polêmica foi um dos ícones da estratégia protestante (Cf. MENDONÇA, 1983). Todavia, isto não se restringia ao binômio católicos-protestantes, mais envolvia uma ampla gama de interessados da discussão de idéias, notadamente, o parlamento e a imprensa, como referimos, e ratificara o Governador do Bispado de Pernambuco que em 1869 dirigindo-se ao clero afirmava:

Sendo notório o incremento que vão tomando algumas folhas publicadas nesta diocese propagando idéias anti-religiosas... nosso revdm^o . clero não deixará de cooperar com... os esforços de alguns católicos sinceros que se empenham em publicar uma folha semanal sobre o título O CATÓLICO de defesa da religião e do clero... O nosso Vigário Geral a quem deverão dirigir-se os reverendos párocos e o Dr. Pedro Autran da Matta e Albuquerque ficarão encarregados de tudo o que for relativo ao texto e a prosperidade da referida folha. (CE 05)

Chama atenção que embora as prerrogativas da condução das ações estivessem com o episcopado, a idéia do movimento foi de “Um distinto sacerdote de Mariana sugeriu a idéia que anualmente se fizesse publicar as PALESTRAS FAMILIARES de monsenhor de Segúr (ou outra obra menos volumosa)”, e a iniciativa de leva-la adiante foi de leigos, talvez aqueles que dos quais Azzi afirma: “ao lado do clero e das ordens religiosas gravitava um pequeno número de leigos intelectuais, que abraçaram a bandeira da romanidade” (AZZI, 1992. p. 115)

A estratégia de operar “no plano das idéias” tinha uma dimensão favorável ao catolicismo, que esgotava parte da retórica protestante da violência atribuída aos católicos, que agora manifestavam maior amadurecimento no plano da “civilidade”. O recurso de traduzir obras e remeter a fonte argumentativa a *autoridades intelectuais* internacionais foi um recurso de ambos os grupos, ou seja, dele fizeram uso protestantes e católicos, que por sua vez a Liga ratificava como parte de uma ação da igreja universal, e que o protestantismo já havia sido “desmascarado” em outras partes do mundo ocidental, mais “adiantadas”.

Aos diversos públicos ao qual a iniciativa pretendia atingir para incidir sobre sua conduta (fiéis, simpatizantes e militantes), como aqueles que apenas deveriam *tomar ciência* (o Estado, os liberais e republicanos), revelava a iniciativa católica sua face de vitalidade. Porém, isso não se dava sem o custo de, ao apontar para a vitalidade do

catolicismo, trazer de volta a disposição para o enfrentamento de regalistas e arreligiosos em geral.

Para o contentamento do protestantismo em geral a organização da Liga foi assimilada por um duplo véis. Um positivo, que considerava a nova fórmula um atestado de falência das anteriores, e um negativo, que mostrava que, mesmo as vésperas da República, o catolicismo continuava decidido a conter o avanço protestante.

Esta incipiência para frear o protestantismo também se dava em relação aos contingentes envolvidos. Embora houvesse mais padres que pastores, havia menos missionários realizando esta distribuição de tratados e realizando as *santas missões*, do que o número de leigos protestantes brasileiros ocupados em disseminar sua literatura, o que leva a questão das territorialidades que não trataremos neste trabalho.

O extermínio da *hidra* pautava-se na visão do catolicismo acerca de si e nas representações que faziam do protestantismo. Segundo Riolando Azzi, “a preocupação básica da hierarquia católica continua sendo impedir que haja alteração na ordem pública” (AZZI, op. cit. p. 113) É conhecida a liderança de D Macedo Costa a frente do episcopado no final do Império, e o prelado era bastante claro ao definir a legitimidade da *cruzada* anti-protestante, que se fundava no “papel preponderante ocupado pela fé católica na formação da sociedade luso-brasileira... [e que] o catolicismo continua ainda a ser um dos elementos constitutivos da organização social brasileira” (Id. p. 59)

O arcabouço ético para este modelo social implicava numa aproximação com as proposições do Concílio de Trento relativas a flexibilização no modelo de cristandade e a resistência a qualquer aproximação da modernidade; O catolicismo assumia “oposição declarada a perspectiva cristã apregoada e defendida pelos protestantes” como lembra o mesmo autor.

Indicador curioso de uma preocupação para com o protestantismo, é que o bispo diocesano de São Paulo, ao defender as ações dos missionários saboianos convocados para o Brasil, menciona como qualificador o fato de que “é na Sabóia, *frente ao protestantismo*... que ele [o Papa] entreviu atletas que melhor corresponderiam a seus fins” (Camargo, apud AZZI, 1992, p. 156) (grifo nosso) “Os novos religiosos, portanto, eram enviados pela Santa Sé na intenção explícita fortalecerem o espírito ultramontano na atitude apologética tanto *contra os protestantes* como *contra os liberais*” (Id. p. 156) (grifos nosso).

Estes protestantes a serem enfrentados tinham perfil definido nas representações católicas. Para o padre Santos, o quadro era sinistro:

Para que fim a Constituição do nosso Império nos mandou jurar a manutenção da religião Católica Apostólica e Romana? Não é com o fim de evitar que a todo tempo venham Novadores, homens inimigos, semear a cizânia do erro, do cisma, da heresia e da impiedade no campo da Igreja Brasileira? 28

Se admitirmos, o sofisticado, herético e anárquico princípio de que não se deve obedecer a Autoridade da Igreja, porque os homens são sujeitos ao erro e de fato *erram a cada passo, está acabada a Ordem Social* tanto Religiosa, como Civil... 82 (grifo do autor) (**grifo nosso**)

Da parte do movimento tradicionalista (LARA, 1988; SANTOS, 2008) que tinha José Soriano de Souza um dos seus ícones principais, o caos do mundo ocidental era responsabilidade do protestantismo, e a restauração da ordem possível somente com seu expurgo. Diz o jurista:

(...) desde o grito da independência religiosa do século XVI, seguiu-se a independência filosófica (...) *um espírito maligno e inimigo das crenças da humanidade* parece querer destruir todas as coisas estabelecidas, assim na ordem política, como na moral e intelectual (Souza, 1871, p 1) (grifo nosso).

cujas conseqüências são:

a relaxação das máximas, a demasiada liberdade de manifestar os pensamentos, a redução do direito ao fato material e consumado, a conversão da autoridade na soma dos números e forças materiais, o egoísmo nos corações, e enfim esse *detestável cinismo com que se sustentam as mais falsas e perniciosas doutrinas* (id. p. 3) (grifo nosso).

Como referimos, embora a contundência na condenação ao protestantismo fosse recorrente, havia outros setores que referiam a sua importância, como na autoridade citada por Bagby acima. Entre os que tomaram posição simpática ao protestantismo estavam, entre outros, Saldanha Marinho, o Senador Vergueiro e Rui Barbosa, que como lembra Azzi “atrás dessa preocupação com o direito da liberdade de culto *havia também em Rui admiração muito grande pelas expressões religiosas protestantes*” (AZZI, op. cit. p. 161) (grifo nosso).

Na análise de Gláucio Veiga, o que o século XIX assistiu foi certa

...dinâmica freqüentemente disfarçada sob a denominação de progresso que, em acelerando as relações sociais, estabelece o divórcio e a oposição entre a cidade e o campo, desprestigiando este progresso – a palavra e a ideologia – que *não foi legado do positivismo, porém do protestantismo*, quando a partir dos anos 30, começou a minar a ortodoxia e depois o ultramontanismo”

A europeização encontraria, na metade do século XIX, a reorganização ultramontana, no Brasil. E não se pode negar que o *sucesso dos ultramontanos, que se não foi maior deveu-se à presença do protestantismo trabalhando nas camadas modestas da estrutura social* (Veiga, 1984. p. 27, 309) (grifos nossos).

Obviamente que a ação posta em curso era em tudo dependente da hermenêutica social que se fizesse da sociedade brasileira. O que se fazia ao tomar obras como a de Segur, era resultado de uma discutível universalidade da vivência religiosa do catolicismo, e muito discutível sua adaptação, quando não seu transplante, a um

contexto tão diverso como o Brasil plural e herdeiro do iberismo. O mesmo se dava em relação ao adversário, pois a leitura que se operava e as significações derivadas não eram das práticas do protestantismo brasileiro, mas o que ele representava no imaginário dos dirigentes da igreja católica. (SANTOS, 2010)

Nas iniciativas católicas, embora lhes coubesse o protagonismo, as diretrizes e a condução, não havia possibilidade de demarcações herméticas do projeto, nem a inibição ao envolvimento de outros segmentos. Era um pólo para onde confluíam interlocutores, sobretudo, o Estado, o povo, o Parlamento, a imprensa, os protestantes, evidentemente, e eventualmente as representações diplomáticas.

Importa ter em perspectiva que a proposta remetia a um projeto universal de fortalecimento do catolicismo, cuja expressão mais evidente foi o Primeiro Concílio Vaticano. Este projeto ganharia sua conformação em duas ideologias principais: a romanização e o tradicionalismo católico.

A Romanização referida foi um processo de mudanças internas ao aparelho religioso do catolicismo romano e teve caráter particular no sistema religioso no Brasil, constituindo-se modelo a restauração do catolicismo na Europa com a ênfase na centralização eclesiástica. O caráter pedagógico para a supressão do catolicismo popular através da sua substituição por uma expressão clericalista, com o seu modelo de rijo controle clerical interessava, segundo Romano (1979), sobretudo, às elites burguesas. Todavia, o processo há de enfrentar as dificuldades, que se dão por vários fatores como veremos abaixo. A espiritualidade ultramontana foi difundida em sua face erudita pelo jornal O CATÓLICO e na face popular pelas santas missões, e se constituía visivelmente numa piedade inaciana, mística e radical.

O Tradicionalismo agregava aqueles que propugnavam um poder hierárquico mais forte para a Igreja, mas sob a proteção da Coroa, enfatizando o Estado cristão. O maior expoente foi D. Romualdo Antonio de Seixas (†1827) cuja visão para realização deste projeto era de forjar uma hierarquia adequadamente preparada. No pensamento tradicionalista a defesa do poder constituído é uma tarefa primordial da religião, por isso o documento fundador da Liga se refere aos “inimigos da religião e da sociedade” consistindo sua finalidade básica na ação missionária “infundir nos povos santo temor de Deus e o respeito e submissão as legítimas autoridades”.

O arcabouço ético para este modelo social a partir de um catolicismo tradicionalista e romanizado implicava numa aproximação com as proposições do Concílio de Trento relativas a flexibilização no modelo de cristandade e aproximação da

modernidade “oposição declarada a perspectiva cristã apregoada e defendida pelos protestantes” (AZZI, op. cit. p. 71) também com uma reação a modernidade, razão da aproximação dos tradicionalistas de suas proposições a partir de 1870, quando o episcopado cerra fileiras em torno de Roma.

Porem, como diria o poeta popular, “a realidade não corresponde aos fatos”. A implementação do projeto da Liga encontrava entraves de difícil superação. A mesma dificuldade que a dispersão geográfica representava para a condução na igreja no Brasil, se renovava para o projeto da Liga. As gestões episcopais não eram homogêneas pelo perfil dos bispos e pelas conjunturas diocesanas, e embora o protestantismo estivesse espalhado pelo país, sua concentração e atuação era diferente nas várias províncias.

Ao lado disso estava a questão pecuniária porque a dependência dos custos a ser “dividida pelo clero ou por um certo número de assinantes” abria imensa margem de incerteza para a consecução da idéia. A isso some-se que gerir em âmbito nacional a distribuição sistemática de literatura, na dependência de um clero com graus de comprometimento nem sempre ideal era outro ponto de coagulação

Finalmente não era de se esperar que o alvo das ações da Liga, os protestantes, e aqueles setores que tinham simpatia por eles ou apenas restrições ao catolicismo, reconhecidamente os liberais, maçons, e setores republicanos, assistissem na imobilidade o empreendimento católico.

Mas algumas questões sobrevivem ao conjunto desta análise. Primeiro, quem efetivamente queria mudar o estado de coisas, pois não está claro quais eram os limites da consciência social que enxergava o significado entre dois projetos de sociedade. O próprio cenário católico contava com setores “conformistas” que reconheciam como irreversível a presença protestante, e, portanto, defendiam a tese que o catolicismo tratasse de fortalecer a si mesmo, e isso já seria uma forma de enfrentamento ao protestantismo, como se verá depois na Ação Católica e nas Ligas Eleitorais Católicas-LECs, etc. além da divisão em torno da esfera pública ou privada, se assim podemos chamar, ou seja, se a igreja se devotaria prioritariamente as questões eclesíásticas ou políticas.

Considerações finais

O projeto da Liga Anti-Protestante foi efêmero e os seus resultados podem ser considerados pífios. A articulação não foi eficiente e a adesão modesta, no rastro de

outras propostas de uma ação nacional como o foi a de criação do Partido Católico. Esgotou-se pelas suas próprias inviabilidades.

Também, se até a organização da Liga o catolicismo aparecia como um sujeito difuso para os seus adversários e para o protestantismo, a institucionalização tornava o catolicismo um objeto mais discernível, suas propostas, na contra-mão do entusiasmo republicano-democrático de vários setores da sociedade, tornavam-no um alvo que se expunha a si mesmo as reações que se imporiam.

Fontes

ARQUIDIOCESE de Olinda e Recife Circular da Internunciatura Apostólica. *Documentos Avulsos*. Rio de Janeiro, 1885.

ARQUIDIOCESE de Olinda e Recife Circular sobre a distribuição de matéria da Liga anti-protestante. *Documentos Avulsos*. São Paulo, 1888.

ARQUIDIOCESE de Olinda e Recife. Circular da constituição da Liga anti-protestante. *Documentos Avulsos*. São Paulo, 1888.

ARQUIDIOCESE de Olinda e Recife. *Correspondência Eclesiástica*. Livro 07

ARQUIDIOCESE de Olinda e Recife. *Correspondência Oficial*. Livro 12,

EPISCOPADO BRASILEIRO. *Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro ao clero e aos fiéis da igreja no Brasil*. São Paulo: Jorge Seckler, 1890.

SANTOS Luiz Gonslaves dos. *Exame Ortodoxo que convence de má fé, de erro e de cisma a Análise da Resposta do Exm.e Rm. Sr. Arcebispo da Bahia, feito pelo Doutor Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, Lente do Curso Jurídico de São Paulo. Composto, Oferecido e Dedicado aos Exms. E Rms. Srs. Bispos e reverendo clero do Brasil, pelo Padre Luiz Gonslaves dos Santos*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana, 1835.

SOUZA, José Soriano de. *A Religião do Estado e a liberdade de Culto*. Recife: Tipografia Esperança, 1867.

_____. *Lições de filosofia elementar racional e moral*. Pernambuco: Livraria acadêmica de João Walfredo de Mendonça, Livreiro-Editor, 1871.

Referências Bibliográficas

BIELER, André. *A força oculta dos protestantes*. São Paulo: Cultura Cristã, 1990.

CARVALHO, Adalberto dias de. *Epistemologia e ciências da educação*. Porto: Afrontamento, 1996.

- EVERY-CLAYTON, Joyce E. Winifried. *O congregacionalismo em Pernambuco e as perseguições católicas romanas 1873-1930*. Dissertação. (Mestrado em Teologia). Programa de Pós Graduação em Teologia., STBNB, Recife. 1983
- FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.
- HARRISON, Helen Bagby. *Os Bagby no Brasil. Uma contribuição para o estudo dos primórdios batistas em terras brasileiras*. Rio de Janeiro: Juerp, 1987.(Série os Batistas)
- LARA, Tiago A. *Tradicionalismo católico em Pernambuco*. Recife: Fundarpe, 1988.
- LEMOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (Orgs). *O Brasil Imperial, volume III: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MENDONÇA, Antonio Gouveia. *O Celeste Porvir. A inserção do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1983.
- POCOCK, J. G. A. Introdução: O estado da Arte. In POCOCK, J G A *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EdUSP, 2003
- ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.
- SANTOS, João Marcos Leitão. *A Ordem Social em Crise. A inserção do protestantismo em Pernambuco 1869-1891*. 2008. 393f. Tese. (Doutorado). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008..
- _____. Interfaces das relações Direito e Religião e a Ordem Social. *Anais do XII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões*. 31 de maio e 03 de junho de 2011, Universidade Federal de Juiz de Fora, MG.
- _____. *O protestantismo e sua gênese no mundo ocidental*. Campina Grande, 2011. Mss.
- SILVA, José Gleidson Lopes da. *Perseguição contra os batistas em Pernambuco 1886-1920*. Monografia. (Bacharelado em História) Departamento de História, Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 1988
- TARSIER, Pedro. *História das Perseguições Religiosas no Brasil*. São Paulo: Cultura Moderna Editora, 1936. 2 v.
- VEIGA, Gláucio. *História das Idéias da Faculdade de direito do Recife*. Recife: EdUFPE, 1984.